

ESPAÇO E LITERATURA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS ¹

Ana Regina Vasconcelos Ribeiro Bastos²

A LITERATURA COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO REAL

A Geografia, que hoje procura novas alternativas para formas de apreensão do espaço, muito tem a ganhar através da incorporação crítica de discursos como o da literatura, os quais podem servir como recurso de renovação metodológica para o ensino desta disciplina. Nesse sentido, o presente texto pretende ser uma contribuição no sentido de encaminhar algumas questões que envolvem o real tal como representado no romance brasileiro.

Cabe salientar dois pontos que servirão de ponto de partida para nossas reflexões teóricas sobre a representação do espaço geográfico na literatura, especialmente no gênero romance. Primeiro: através do romance, uma forma específica de representação do espaço geográfico se coloca, de acordo com a ótica e as vivências do autor. Segundo: o que o leitor do romance apreende já é uma outra forma de representação do espaço geográfico, que resulta da interação entre a imagem espacial herdada pelo leitor, segundo suas vivências e informações, e o que é representado pelo autor.

O **real** não constitui um universo material imutável, de imediata decodificação pela sociedade. A existência de inúmeras mediações sociais reforça, assim, a necessidade de se tecer algumas considerações iniciais quanto ao tema da **representação** do real.

A representação pode ser considerada a imagem do mundo em que cada aspecto do real passa a ser expresso simbolicamente. Representar seria a construção que os indivíduos fazem na apropriação dos objetos. Adota-se, para tal, a posição de Ferrara (1986), para quem:

¹ As reflexões contidas no presente artigo encontram-se desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida em 1993 pela autora junto à pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, intitulada “**Geografia e os romances nordestinos das décadas de 1930 e 1940: uma contribuição ao ensino**”.

² Professora de Geografia - Colégio de Aplicação da UERJ - Colégio Pedro II

"Toda representação é uma imagem, um simulacro do mundo a partir de um sistema de signos, ou seja, em última ou em primeira instância, toda representação é gesto que codifica o universo, do que se infere que o objeto mais presente e, ao mesmo tempo, mais exigente de todo processo de comunicação é o próprio universo, o próprio real. Dessa presença decorre sua exigência, porque este objeto não pode ser exaurido, visto que todo processo de comunicação é, se não imperfeito, certamente parcial". (p.7)

Desta forma, embora possa haver, num horizonte de expectativas, o desejo de esgotar o real, cabe registrar que toda codificação é representação parcial do real e que existem várias representações para um dado real - a representação é, portanto, plural. Neste sentido, os símbolos não são, somente, representações do objeto, mas representações de concepções do objeto. Ainda segundo Ferrara (1986), toda ação interpretante é uma relação entre uma representação presente e outras representações possíveis e o resultado dessa relação é o significado de uma linguagem. Visto isto, conclui-se que o significado resulta de um modo de representação e vem nele embutido, estabelecendo uma íntima associação significante - significado.

Dessa maneira, quando a autora trata, na mesma obra, da comunicação como prática cultural, adverte que toda prática humana está inserida numa situação mais ampla, já que se instala de modo a interferir nos sistemas social, econômico e cultural para confirmá-los ou para alterá-los. Dessa forma,

"O modo dessa representação, essa linguagem e sua lógica constitutiva terminam por ser o elemento de comunicação do sistema socioeconômico - cultural: o modo de representação é o significado do próprio sistema. Logo, ao lado do social, do econômico e do cultural, a estrutura informacional constitui um dos elementos básicos de apreensão do real". (p.6)

Tal como em Ribeiro (1990), não se adota aqui uma orientação que conceba a linguagem como meio de expressão dotado de significado próprio, e sim aquela que entende a mesma como meio de comunicação. Assim, as significações são remetidas às relações entre parceiros (no caso, autor e leitor) operando com o conceito de discurso. Para o autor citado, o discurso é:

“um fato social que liga dois atores historicamente determinados e refere-se a situações localizáveis e datáveis. No discurso os signos não têm um significado fixo, mas significações possíveis. Dependerão, no fundamental, da relação que se estabeleça entre os parceiros do discurso”.
(p.7)

O significado não é, portanto, inerente ao texto, "coisa do texto". Existe uma relação entre produção e leitura e as significações se dão mediante o confronto da dimensão histórica do leitor com o autor. Há um processo dialético entre o texto e a leitura, sendo, às vezes, difícil a um leitor elaborar significações próximas às imaginadas pelo escritor, dado os tipos de experiências pessoais e sociais diferenciadas. A teoria da análise do discurso trata da produção de significações na linguagem que são formas de representação. Esta teoria, quando pautada na dialética, considera a significação como um processo social onde há contradição entre historicidades diferentes.

Ainda segundo Ribeiro (1990), o texto é resultado de um ato de produção e consumo. Escritor e leitor trabalham produzindo e consumindo incessantemente. O escritor consome experiências, emoções, linguagem, memória e produz o texto, fruto de um complexo sistema de escolhas determinado por valores que pressupõem uma ideologia que orienta a produção do discurso em dado momento. Portanto, este não é um produto neutro. O leitor também consome e produz no ato da leitura: consome um texto (objetivação do escritor) e produz significações para o mesmo, produzindo um outro texto através da leitura. O leitor produz um texto procedendo por seleção, ao escolher entre significações possíveis segundo alguns valores.

Dentro da visão aqui exposta, o texto é parte e não toda realidade (enquanto representação do real) literária, no qual as experiências históricas e sociais dos parceiros (escritor e leitor) se cruzam produzindo significações e não um significado único.

Adotando a visão de Bakhtin, Ribeiro (1990) sugere que os discursos são formadores de realidade e, assim, o **real** impõe-se ao conhecimento uma vez inserido numa prática discursiva. O ser humano pode ter contato com o real através dos discursos que constroem concepções deste real, segundo vivências e experiências, que nada mais são do que **representações do real**. Sendo um resultado de escolhas - considerando-se escritor e leitor -, o discurso é sempre parcial, seja ele literário, político, religioso ou científico. Considerando o discurso da literatura uma forma de apreender o **real**, o romance é, também, um meio de **representação do real**, no qual os processos de estruturação do simbólico estão presentes.

Cabe aqui considerar, segundo Queiroz (1993) que "os textos escritos constituem, pois, um extraordinário repositório de símbolos e de imagens: não é a própria linguagem um sistema simbólico (e o mais importante) possibilitando a comunicação entre os homens, e não é a escrita essa mesma linguagem cristalizada?" (p.135).

O texto escrito do romance pode ser considerado, então, como modo de discursar sobre o real (representação que se utiliza de símbolos e imagens). Representa, ao mesmo tempo, um espaço privilegiado de expressão da temática dos conflitos sociais e ideológicos de uma dada cultura, por reunir toda uma gama de contradições "inventadas" pelo narrador a partir dos conflitos existentes no seu horizonte de experiências, vivência e expectativas sociais. Neste sentido, na ótica de Ferrara (1986),

"Em outras palavras, todo processo de representação é ideologicamente informado, visto que é sempre parcial e seletiva toda representação do objeto de um signo" (op. cit. p.28)

Levando em conta o papel do leitor, segundo suas vivências e informações, não se pode fugir, contudo, de que a figura do romancista é de

suma importância, uma vez que ele é elemento historicizador do enunciado e fonte do discurso. O romancista posiciona-se frente aos conflitos e às articulações por ele criadas. Ele não é neutro e toma sempre posições diante do temário escolhido e das contradições que ele próprio maneja; sempre está a tomar partido e decidir no jogo dos conflitos ideológicos engendrados por ele próprio. Nisso, estão envolvidos as personagens, as ideologias que aparecem no enunciado e as atitudes do romancista na solução dos conflitos.

Não é de admirar que a posição do romancista no campo da cultura seja elemento fundamental para entender os tipos de conflitos que ele escolhe expressar no universo de sua narrativa. A partir daí, é preponderante entender a localização do romancista no campo literário e no campo das questões sociais do seu tempo. Assim, qualquer texto precisa ser investigado dentro da organização social e cultural e do contexto histórico em que foi concebido.

Resumindo, o procedimento teórico aqui adotado leva em conta a necessidade de ter presente que o que se percebe do objeto lido - os romances - é resultado de uma operação relacional entre o que efetivamente está no objeto e a memória do leitor em termos de informações e experiências emocionais e culturais, individuais e coletivas. É possível portanto, através da literatura, fazer uma leitura geograficamente possível da realidade, a qual não dará conta, jamais, da totalidade, pois a representação - no caso, a literatura - é sempre parcial. Através de uma ousadia nas associações, pode-se, então, aproximar arte e ciência, não perdendo nunca de vista a parcialidade da qual padece qualquer discurso - artístico ou científico.

A representação do espaço geográfico no discurso do romance

Com base nas premissas de que o **espaço é produzido** e de que o **espaço é pensado e apreendido**, entende-se haver tanto **formas de organização do espaço** quanto **discursos** sobre as mesmas. Tendo isto considerado, Moraes (1987) propõe a articulação, em uma argumentação, do "pensar geográfico" e do "produzir o espaço" como um desafio estimulante para o geógrafo, já que "o poder se inscreve nos solos e nos discursos"

(p.136). A discussão pode então ser travada em termos da relação sujeito/objeto na produção espacial e no discurso da apreensão espacial. Tratando da **produção do espaço**, Moraes (1988) adverte:

"Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra esta agregação do trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca de seu espaço. (p.15) (...)

Para dar conta deste outro universo há que se reconhecer o estatuto ontológico da esfera da consciência e da subjetividade adentrando nos meandros do imaginário humano". (p.24)

O contexto cultural, ideológico e político inclui valores, interesses, mentalidades, desejos, sonhos e, neste complexo universo, estão por trás padrões espaciais, formas espaciais criadas também por estas motivações que impulsionam os sujeitos e movem os atores. Neste sentido, Souza (1988) sustenta a idéia de que o espaço pode representar o suporte - o palco - e, ao mesmo tempo, o veículo - o ator - de um processo dinâmico de lutas entre o que já existe e o que quer impor existência. Nas palavras do autor,

"O palco é, tanto quanto as próprias relações sociais, condição de existência dos atores, do mesmo modo como estes são a razão de ser do palco" (p.27)

O entendimento do espaço como categoria de interpretação do real não pode permitir a ocultação do sujeito. Quem é o sujeito? Quem é o objeto? Não há como deixar de reconhecer que, dentro de uma visão dialética, tanto o objeto quanto o sujeito só o são dentro de uma relação recíproca, no interior do par. O sujeito é o trabalho, é o homem produtor, é a circulação do capital? Em quaisquer dessas variáveis, ele - o sujeito - terá uma relação recíproca com o espaço produzido.

Torna-se impossível distanciar espaço de sociedade, sujeito de objeto. Dentro da perspectiva de que o **sujeito** seja o **homem produtor do**

espaço e o **objeto**, o **espaço produzido**, este passa a ser considerado como "paciente da história", e, ao mesmo tempo, a ter, na materialidade, uma função de condicionar o agente da história - o homem em sua ação transformadora.

Necessário é avaliar tudo isto segundo, também, os imperativos da dimensão simbólica e da representação em que se inclui o imaginário social.

Considerando que o ser consciente exprime sua cultura e sua época, deve ser introduzido na discussão da produção do espaço, segundo Moraes (1988), o fato de que:

"Sem dúvida, as formas criadas permitem uma leitura enquanto símbolo de uma cultura e uma época. Elas exprimem concepções e mentalidades, são construções impostas à natureza..." (p.23)

Concluindo as considerações sobre o espaço como resultado de uma prática de produção e levando-se em conta o sujeito deste processo, o espaço criado é registro de época e de cultura, logo, de diferentes representações em que a dimensão simbólica está presente.

Quanto à **apreensão do espaço geográfico** em que se insere o **pensar geográfico**, é preciso entender que, para "dar conta" geograficamente do real, o processo ocorre para além da aparência e do visível, chegando à essência e ao que determina o que é visto. Importante se faz revelar as determinações "invisíveis" sem fugir da premissa de que o homem é agente da produção do espaço. Não podemos deixar de enfatizar que na apreensão do espaço material aparecem valores subjetivos, representativos e simbólicos num jogo onde **sujeito** - agora, o observador - e **objeto** se inter-relacionam reciprocamente, de forma a entrar no processo o imaginário social.

A preocupação dos cientistas sociais - agora encarados como sujeitos da apreensão do espaço geográfico - não pode se restringir ao objeto; deve voltar-se também para o sujeito-produtor do espaço a ser apreendido, atentando para o fato de que ambos só têm sentido dentro de uma referência recíproca. Na apreensão do espaço geográfico existe uma dimensão concreta - produção do espaço material - e uma dimensão simbólica - as representações - que interagem.

Evidentemente, não há sociedade sem espaço, assim como não há espaço produzido sem sociedade. As formas de organização das sociedades se diferenciam e para a apreensão do espaço geográfico não basta apenas compreendê-lo sob determinado modo de produção dentro de um contexto histórico definido. Hoje, entende-se a necessidade de reconhecer que o espaço apreendido pressupõe um sujeito, no qual os componentes da representação e do simbólico estão presentes.

O espaço é representado segundo um imaginário social em que não se deve negar a materialidade, o concreto. Entretanto, podemos entender nuances na multiplicidade de representações deste real - espacial. Na apreensão do espaço geográfico entram em jogo o ideológico, o político e o cultural; há, portanto, que se compreender que a representação entra na dimensão simbólica desta apreensão.

Não se justifica separar a subjetividade do cientista ao interpretar o espaço, já que o mundo se apresenta de uma forma tal que o real e as representações do real se misturam. Na observação das aparências e do que as determina (a dinâmica social) não há como ignorar laços sutis e complexos, por vezes ocultos, a unir os homens a seu lugar de existência, além das condições econômicas. O simbólico e as conotações subjetivas estão presentes na prática de interpretar e analisar o espaço geográfico em suas representações. É fundamental lembrar que a Geografia (relação sociedade - espaço) é uma prática e é também um discurso.

Como nos revela Bailly (1989), o homem é ator geográfico e o lugar é seu espaço de vida em que as relações se misturam num emaranhado de laços, onde estão presentes os sentimentos pessoais, as memórias coletivas e os símbolos. A partir daí, pode-se entender o espaço como "reservatório de significados", a ser interpretado pelos geógrafos.

O espaço produzido pelo homem permite, assim, múltiplas leituras ligadas a diferentes manifestações da consciência que expressam projetos, interesses, necessidades e utopias. Ao apreender o espaço geográfico, há que se buscar reconhecer a forma espacial criada - material e objetiva - e seu significado no fluido universo da cultura. Além disso, é preciso reconhecer o que há de subjetividade na leitura - apreensão do espaço geográfico pelo "observador - cientista" que corresponderá a uma dada visão de mundo -

somatório de vivências e escolhas. A forma criada - material - será pois um significante dotado de múltiplos significados.

Retornando às considerações introdutórias a este artigo quanto ao tema da **apreensão do espaço geográfico pela via do discurso literário do romance**, pode-se dizer que este último permite uma leitura historicamente possível e coerente a respeito do real. As significações possíveis e as representações do espaço são construídas, resultando da interação entre a imagem espacial herdada pelo leitor, segundo suas vivências e informações e o que é representado pelo autor. Assim, o sujeito da apreensão do espaço através do romance é, em primeira instância, o autor e, num outro plano, esta apreensão é resultado da interação autor-leitor.

Há uma imbricação entre real e imaginário, entre objetivo e subjetivo, que fornece suporte para o entendimento do discurso literário como forma de representação do espaço real, tal como as cartas são utilizadas como instrumento de interpretação do espaço - superfície da Terra.

Mais uma vez segundo Ribeiro (1988), torna-se possível afirmar que:

"O romance é, então, um 'discurso da realidade'; ele constitui originalmente uma realidade resultado de processos reais de vivências e experiências humanas"
(p.13).

Partindo do pressuposto de que o discurso da ciência também é uma construção, ligada a uma imagem do mundo em que cada aspecto da realidade passa a ser representado, porque não entender que o romance também pode ser considerado um discurso capaz de construir uma realidade espacial e social - portanto geográfica? Admitindo-se existirem várias concepções do real, o discurso literário do romance constitui assim uma dentre as muitas "realidades discursivas" possíveis de serem elaboradas.

Com base neste pressuposto teórico, o que interessa não é o romance em si mesmo, mas a imagem "sócio-espacial" que ele constrói; o resultado dessa relação é que suas personagens, as relações sociais que se estabelecem na trama e o espaço geográfico a ser apreendido, tornam-se um

"outro" simbólico de que o próprio romance precisa para afirmar-se como uma das formas de representação. Há que se buscar no discurso literário a dialética dessa construção apropriação-consumo das imagens espaciais criadas pelo romance.

A representação do espaço geográfico construído pelo romance precisa ser contextualizada historicamente, já que no espaço a ser apreendido o homem somente tem acesso ao real através dos discursos que constroem as noções de realidade, **num dado momento**. O romance é um objeto capaz de desvendar articulações ideológicas expressivas do momento histórico por ele retratado e ao mesmo tempo capaz de propiciar uma representação espacial - produto das relações sociais estabelecidas em dado momento.

A representação do espaço geográfico no discurso literário do romance se dá de forma a incorporar na análise do espaço o componente do simbólico e da representação, tão discutidos e priorizados hoje em dia. A partir do entendimento de que a apreensão do real leva em conta uma construção simbólica e de que o espaço é uma categoria de representação do real, este passa a ser considerado como tal - uma construção simbólica - que o romance é capaz de representar. É possível, ainda, buscar um esquema teórico incluindo o simbólico e revelando as conotações espaciais, unindo no resultado apreendido a relação natureza-sociedade.

A apropriação intelectual dos lugares leva em conta uma elaboração mental da paisagem mediada pela sua valorização simbólica. Na medida em que o romance constrói uma imagem de realidade, este se torna um veio para a interpretação do real e expressa valores, desejos, interesses, que interferem na construção dos espaços.

Aceitar que o romance permite o estudo da representação do espaço geográfico implica em admitir que, tendo uma base ideológica, ele pode mostrar conflitos sociais, culturais e políticos, expressando também valores (dominantes e dominados). Assim, no romance, as diferenças de classe e as distâncias sociais entre os povos muitas vezes podem ser representados a partir da categoria espaço. O social é valorizado sem ser reduzido a uma "realidade" geográfica, ecológica ou econômica, passando a ser representado no romance em um plano próprio.

Torna-se importante também frisar que a imagem da sociedade e a representação do espaço geográfico construídas no romance não são exclusividade do mesmo. Estas se manifestam e se produzem em outros discursos, não havendo uma estrutura ideológica específica para cada campo discursivo, assim como não há para cada área do saber ou da atividade humana. A imagem de sociedade e a representação do espaço geográfico passam por um processo ideológico que pode ser objeto de variados discursos: Literatura, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, História etc. Isto se verifica porque se trata da construção de uma imagem de sociedade e de espaço que não se dá de forma fragmentada. Há uma aproximação clara e inevitável entre estes campos culturais quando se trata de representar o real. Todos estes campos do saber buscam representar, através de seus discursos, as engrenagens da produção das riquezas materiais, bem como os meandros da produção simbólica do cotidiano em que se inserem as vivências, as emoções (paixões e frustrações) que conferem sentido às ações sociais mais gerais. Através do romance, é possível a aproximação de um perfil da produção do imaginário e da representação do espaço em cada sociedade.

Sem dúvida, vários são os componentes da narrativa de um texto, dentre os quais o **espaço** pode merecer estatuto tão significativo quanto os demais. O espaço pode aparecer como componente fundamental e prioritário no desenvolvimento da ação num texto. Por outro lado, é possível, aos poucos, ao longo do texto, ir-se descobrindo a funcionalidade e a organicidade desta categoria quando o autor, ao não conceder-lhe prioridade, foi capaz de dissimulá-lo. Neste último caso, o leitor passa a ter a tarefa de fazer descobertas e de construir, no imaginário, a organização e a função do espaço, não explicitados pelo autor.

Não se trata de verificar o grau de “exatidão espacial” nos escritos romanescos, mas sim de entender que o enfoque geográfico, inserido no romance, vai além de situar lugares fictícios ou reais em que se desenvolvem a ação e o comportamento dos personagens. Há que se buscar apreender o significado novo que brota do espaço a partir da manipulação da palavra, ou melhor, do discurso que leva em conta os pontos de vista do autor e do leitor, segundo suas vivências e experiências, historicamente determinadas.

Cabe destacar também que a categoria espaço, sendo apreendida no romance, não se limita ao que é descrito. A representação do espaço no discurso literário não deve estar condenada a um processo exclusivo de descrição da paisagem, considerada como o aspecto mais visível do espaço. É possível e necessário apreender e revelar aspectos e traços humanos essenciais. Trata-se de, em outras palavras, ultrapassar a mera aparência da natureza para dar conta dos aspectos sociais.

Tratando da produção literária em geral e da apreensão possível do espaço geográfico em literatura, pode-se mencionar exemplos como o do romance realista-naturalista do século XIX, que aparece como campo extremamente fértil. Essa representação, contudo, pode se dar dentro de uma linha determinista em Geografia, ao valorizar a influência do meio sobre o homem. Zola, por exemplo, como afirma Dimas (1987), chega a prescrever a elaboração de um personagem como “produto do ar e do sol” (p.47). No Brasil, observação, documentação e análise estão presentes em obras como, por exemplo, as de Aluísio Azevedo. Imagens várias da cidade do Rio de Janeiro aparecem em sua obra (sendo casos bastante citados os dos romances **Casa de Pensão** e **O Cortiço**), quase a estabelecer um contraponto da disputa entre dois pólos: personagem e espaço. O romance realista, naturalista ou neonaturalista é na verdade exímio em oferecer pistas colaterais ou intrínsecas referentes ao espaço, que nos permitem acompanhar a trajetória romanesca e dos personagens de forma a não prestar atenção exclusiva à ação.

Tratando apenas da literatura brasileira, cabe ressaltar que, desde muito cedo, o espaço despertou o interesse dos romancistas. Assim, desde o século XIX, de acordo com observação de Schüller (1989):

"Nosso romance, desenvolvendo-se depois da independência, comprometeu-se ideologicamente com a defesa da autonomia contra a antiga metrópole européia. A natureza selvagem era o que tínhamos de mais nosso, na opinião de José de Alencar, para opor à civilização européia. O romancista exaltava tanto o índio como o gaúcho e o sertanejo por lhe serem produto da terra não-contaminada pela civilização" (p.61)

Na visão deste autor, há vários exemplos que podem levar à percepção do espaço como um dos elementos da narrativa literária. Em **Iracema**, de José de Alencar, o espaço é construído no texto criando uma atmosfera de sonho (de paz, de sedução e de guerra) ligada ao oeste inexplorado e indiferente à paisagem observável. Em **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, há um contraponto entre o litoral urbanizado e o sertão caracterizado por costumes rústicos e uma população rarefeita, havendo na apreensão do espaço uma indecisão entre o ficcional e o documental. Mais recentemente, Darcy Ribeiro retomaria, em **Maíra**, o conflito entre espaços organizados diferentemente, estabelecendo o mesmo a partir da caracterização da pequena aldeia dos mairuns - centro do universo sonhado, inatingível e impenetrável na essência - e criticando a forma de organização do espaço do homem "civilizado" - um Brasil desordenado e monstruoso marcado pela influência da cultura européia.

Quanto às representações do campo e da cidade, tal como manifestadas na literatura brasileira, há duas tendências. Numa, as regiões distantes das grandes cidades são representadas como "paraíso", não contaminado pela civilização. Noutra visão, o campo aparece como uma representação que busca desvendar a miséria a que foi relegado. Esta última orientação surge mais recentemente, no momento em que começam a se expressar os processos que desgraçam milhares de trabalhadores rurais no deslocamento para a periferia dos grandes centros, expulsos pelo latifúndio.

Em relação ao referencial geográfico Norte-Sul, dentro do universo espacial em escala nacional, alguns dos romances brasileiros expressam conflitos promovidos pela modernização econômica dos estados meridionais. Neste sentido, Schüller expõe:

"A idéia de que o Norte abriga na cultura o Brasil autêntico repete-se no manifesto regionalista de 1926, antecipando o surto fecundo da prosa nordestina com figuras exponenciais como José Lins do Rego, Jorge Amado e, sobretudo, Graciliano Ramos" (p.68)

O caso da chamada “geração de 30”, no romance nordestino, considerada em certos estudos literários como representante da segunda fase do Modernismo brasileiro, parece exemplar em termos da intenção em documentar a realidade, dando conta dos problemas sociais que preocupavam os romancistas e refletindo todo um contexto de época.

Os representantes da geração citada - sendo nomes especialmente relevantes os de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz - conferem um lugar privilegiado à organização do espaço, sem contudo converter a ação e os personagens a meros objetos submetidos à tirania do meio. Tomam uma postura explícita de fixar "fotograficamente" a paisagem/espaço, trazendo para o leitor a imagem visual do que está enunciado, além de expressar as contradições da sociedade.

Existe uma geografia embutida nos romances desses autores que apresenta empenho documental, metaforicamente apoiada em algo como uma "câmara fotográfica", proposta que sem dúvida remonta ao neonaturalismo e ao realismo do século XIX. A "fotografia" busca conferir respaldo de veracidade ao texto que construirá, juntamente com o leitor, uma imagem social e espacial.

A observação atenta aos fatos da realidade brasileira acolhe ciência e romance na mesma tendência. Contudo, o romance nordestino dos anos 30 não padece submetido ao rigor da observação exata. Ainda que livre das amarras da exatidão, ele antecipa e representa com lúcida criatividade a realidade brasileira. Pelo caminho da apreensão do espaço geográfico no discurso de obras literárias como estas, tem-se a possibilidade de penetrar na observação das relações sócio-espaciais que aproximam imaginário e real, ficção e ciência. Um bom exemplo de relação espaço-ação trabalhada nesses romances encontra-se em **Vidas Secas**, onde Graciliano Ramos compõe magistralmente o espaço regional à ação romanesca numa unidade superadora da dicotomia entre ambos.

Uma outra dicotomia presente na apreensão do espaço pela via do romance encontra-se na referência ao local/universal, ou ao regional/nacional. É importante salientar, nesse sentido, que na produção ficcional da década de 30 a localização espacial não significa, obrigatoriamente, ruptura com o universo ou com a nação. Sem se afastarem de determinadas frações do espaço geográfico, esses romances nacionalizam

e mesmo universalizam pensamentos e conflitos, trazendo ao debate mais amplo, graves problemas - como a questão agrária - que transcendem os limites do local/regional.

O romance nordestino e brasileiro dessa fase tem um empenho todo especial quanto à definição da nossa identidade, suplantando com isso um localismo reducionista e deixando assim abertos os caminhos pelos quais a imaginação enfrenta a possibilidade crítica da organização do espaço enquanto categoria de representação do real.

É inegável, portanto, a forte adesão do romance brasileiro dos anos 30 ao espaço, com os autores enfocados se propondo a buscar, através de vivências e experiências próprias, a geografia e a história do país. Há, claramente, uma "fome do espaço", uma necessidade de apalpar o país, de forma a desvendar seus problemas. Trata-se de uma inserção efetiva no espaço. O que parece se formar na imaginação do leitor - incorporando suas próprias vivências - corresponderia à realidade geográfica e social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de tratar, do ponto de vista teórico, da representação do espaço geográfico no discurso do romance aparece, neste artigo, como um instrumental para a apreensão do espaço geográfico em obras literárias, já que, segundo Lanni (1992), fazendo referência ao Brasil:

“Acontece que a nação é real e imaginária. Localiza-se na história do pensamento. Está no imaginário de uns e outros: políticos, escritores, trabalhadores do campo e da cidade, brancos, negros, índios e imigrantes, cientistas sociais, filósofos e artistas. E seria muito outra, se não se criasse de quando em quando, na interpretação, fantasia, imaginação.” (p.8)

Neste sentido, há que reconhecer que, tanto quanto as produções científicas e filosóficas, as artísticas podem revelar muito sobre a nação e a

sociedade. E isto pode ser apreendido através da representação do espaço no discurso literário, como nos exemplos apontados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, José de. Iracema. [1865]. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1965.
- Azevedo, Aluísio. Casa de Pensão. [1884]. Martins, São Paulo, 1957.
- Azevedo, Aluísio. O Cortiço. [1890]. Martins, São Paulo, 1962.
- Bailly, Antoine S. "L'imaginaire spatial. Plaidoyer pour la géographie des représentations", Espaces Temps, 40-41, 1989.
- Cunha, Euclides da. Os Sertões. [1901]. Círculo do Livro, Rio de Janeiro, 1975.
- Dimas, Antonio. Espaço e Romance, série Princípios, Ed. Ática, São Paulo, 1986.
- Ferrara, Lucrecia D'Aléssio. Leituras sem Palavras, série Princípios, Ed. Ática, São Paulo, 1986.
- Ianni, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1992.
- Moraes, Antonio C.R. de. "Foucault e a Geografia" in: Foucault Vivo, org. Tronca, Italo A., Ed. Pontes, Campinas, São Paulo, 1987.
- _____. Ideologias Geográficas, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. "O imaginário será mesmo imaginário?" in: O imaginário em Terra Conquistada - Textos CERU, nº 4, 2ª série, São Paulo, 1993.
- Ramos, Graciliano. Vidas Secas. [1938]. Record Editora, São Paulo, 1979.
- Ribeiro, Darcy. Maíra. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- Ribeiro, Luis Filipe. O Fetiche do Texto e Outros Ensaios, Cadernos Avulsos da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II, nº 16, Rio de Janeiro, 1990.

- _____. A Mulher no Romance Brasileiro (1844-1908), Anteprojeto de Tese de Doutorado - Departamento de História, UFF, Niterói, 1988.
- Schuller, Donald. Teoria e Romance. Ed. Ática, São Paulo, 1989.
- Souza, Marcelo J.L. de. "Espaciologia: uma objeção" in: O Espaço em Questão, Terra Livre, nº 5, São Paulo, 1988.